



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

IGLEAN VITO DA SILVA

**MEMORIAL ACADÊMICO DE UM INTÉRPRETE DE LIBRAS: CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO REGULAR INCLUSIVA**

**Altamira – Pará
Maio - 2018**

IGLEAN VITO DA SILVA

**MEMORIAL ACADÊMICO DE UM INTÉRPRETE DE LIBRAS: CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO REGULAR INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Jorge Adriano Pires Silva

**Altamira - Pará
Maio - 2018**

**MEMORIAL ACADÊMICO DE UM INTÉRPRETE DE LIBRAS: CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO REGULAR INCLUSIVA**

Elaborado por:

IGLEAN VITO DA SILVA

Aprovado em ____/____/____

Prof. Jorge Adriano Pires Silva
(Orientador)

Prof.^a Irlanda do Socorro de Oliveira Mileo
(Membro da Banca Examinadora)

Prof. Jonata Souza de Lima
(Membro da Banca Examinadora)

Este trabalho é dedicado à Marta Silva de Souza e Silva (*in memoriam*), por seu amor sua dedicação sua amizade e companheirismo nesta caminhada, e principalmente por seu legado em minha vida. Minha formação pessoal e profissional, não teriam sido a mesma sem a sua pessoa.

AGRADECIMENTOS

A Jeová Deus, por tudo que ele fez de bom, na minha vida, por meio da fé e inspiração que ele tem dado a mim em mais esta etapa que estou alcançando e realizando.

A todos os familiares, em especial Ingrid Rachel minha amada, sempre me apoiou sendo parceira em todos os momentos nesta reta final, aos professores e amigos que me ajudaram nessa conquista de formação profissional.

Aos Tradutores e intérpretes de Libras/Português do Município de Altamira Pará, Daniel Santos, Monalisa Barros, Raquel Nascimento, Carla Oliveira, Deysid Farias, Elisângela Martins. Aline Castro

A todos da EMEF Deodoro da Fonseca em especial, Jassanara Reis, Daniely Farias, Derceles de Almeida

Ao meu orientador, Jorge Adriano Pires Silva, que não mediu esforço e paciência em me orientar na conclusão deste trabalho.

Ao programa PARFOR, e especialmente a UFPA, pelo privilégio de ter estudado nesta instituição de grande relevância na nossa região e para o Brasil.

A todos que diretamente ou indiretamente cruzaram meu percurso durante a escrita e fizeram com que novas reflexões sobre o tema colaborassem com esse trabalho. Muito obrigado!

Obrigado! Essa é a primeira e a última coisa que dizem os intérpretes na cabine. É o que dizem os conferencistas ao abrirem e fecharem suas apresentações. Se alguma coisa aprendi como interprete foi isso: a gratidão deve proceder e suceder todos os nossos atos. (Magalhães Junior)

RESUMO

Este memorial aborda a problemática que vivencio como professor Intérprete de Libras nas turmas do ensino fundamental na cidade de Altamira-PA. Tem como questões problematizadoras: a educação de surdos, quais os caminhos percorridos da exclusão explícita à velada, o surdo como sujeito de sua história, o Bilinguismo e a formação do sujeito surdo desafios e potencialidades. Além dessas, como próprio gênero textual já incita, relato aqui as contribuições do curso de Pedagogia em minhas ações didáticas e interpretações com os alunos surdos: de que forma as aprendizagens vivenciadas no decorrer do curso em questão possibilitaram rever minhas ações pedagógicas de modo a contribuir num ensino de qualidade dos alunos. O trabalho em tela, traz como objetivos: Analisar o processo de minha formação e meu trabalho como professor Intérprete de libras; refletir sobre as dificuldades e desafios que enfrentei e enfrento para desenvolver práticas pedagógicas que favorecessem a aprendizagem dos alunos e alunas. Trata-se de um memorial autobiográfico numa abordagem qualitativa, fundamentado em autores como Skliar (1997), Estrele (2009), Quadros, (1997, 2004), Lacerda, (2000, 2002), entre outros. Os resultados apresentados evidenciam as dificuldades enfrentadas em trajetória profissional diante de minha inserção como Tradutor Intérprete de Libras.

Concluo apresentando a contribuição do Curso de Pedagogia-PARFOR, que caminhos eu devo percorrer e metodologias diferenciadas para melhorar minha prática pedagógica e, conseqüentemente, potencializar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos.

Palavras chave: Educação de Surdos. Libras, Tradutor Intérprete. Bilinguismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. A MINHA INFÂNCIA: Os primeiros desafios.	11
2. TRAJETÓRIA ESCOLAR: outras novas experiências	13
3. INSERÇÃO AO ENSINO MÉDIO: Um novo caminho para minha formação	16
3.1 Educação de surdos: caminhos percorridos	16
4. O CURSO DE PEDAGOGIA, E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	28
4.1 Bilinguismo e a formação do sujeito surdo: desafios e potencialidades.	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de oferecer um estudo sobre como está atualmente o processo de inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva na educação regular, pois cada vez mais temos alunos surdos inseridos na sala de aula comum com o apoio do intérprete de Libras. Esse processo, de certa forma inclusivo, não garante o total ensino e aprendizagem do aluno surdo, isto é, há lacunas, por isso se faz necessário uma análise mais objetiva e crítica.

(...) Assim, os alunos surdos são constantemente expostos ao fracasso tendo como causa a sua própria condição (não ouvir) e não as condições reproduzidas pelo sistema, a consequência dessa tentativa de homogeneização é o fracasso (QUADROS, 2003, p.87).

Neste relato autobiográfico como profissional tradutor intérprete de Libras, passo a descrever sobre as atribuições, contribuições e influências para a educação inclusiva, e que ações ou recursos se têm feito para a melhoria do ensino da educação de surdos. Dessa forma, este Memorial é um estudo que procura possibilitar e apresentar os aspectos legais e conceituais sobre a educação de Surdos.

Destacar-se-ão acontecimentos que marcaram minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica, evidenciando momentos vivenciados nas diferentes fases da minha vida, que deixaram suas marcas e me tornaram o que sou hoje.

Redigir um memorial que tenha como objeto de análise a formação docente e a qualidade da educação na área de Libras cujo sujeito é o surdo é um desafio, escolhido com o propósito não apenas de lembrar os fatos passados, mais evidenciar as minhas vivências, experiências e aprendizagens que tive e tenho ao longo de minha vida, pois são as reflexões e aprendizados reverberados do que se viveu, de acordo com Oliveira (2007, p.122), “Memorial é um depoimento escrito relativo à lembrança, a vivência de alguém”.

A importância deste relato como tradutor intérprete de Libras me levou a refletir sobre esse profissional em ascensão num espaço que tem gerado muitas discussões a seu respeito, tais como o seu papel mediante não apenas a interpretação ou ensino da Libras, mas também a interação com a comunidade surda, conhecendo cada vez mais sua cultura linguística e sua história. “Quando estudamos e interpretamos a história do povo surdo, não o fazemos pela afeição ao passado, mas pela luz que ele lança sobre as trajetórias do povo surdo de hoje” (STROBEL, 2009. p. 44).

Nesse sentido, percebo que, na minha atuação como profissional intérprete de Libras, é importantíssima a participação e o convívio com a comunidade surda

As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005).

Estamos aqui a tratar de um memorial autobiográfico, numa abordagem qualitativa, fundamentado, principalmente, em autores como Skliar (1997), Estrele (2009), Quadros, (1997, 2004), Lacerda, (2000, 2002).

Assim, esta narrativa de meu percurso de formação está dividida em quatro seções: na primeira, faço um histórico sobre minha infância, em que abordo as minhas vivências, alegrias e angústias; na segunda seção, apresento as experiências escolares. Na terceira seção, abordo minha inserção em uma nova cultura linguística e o ingresso na academia e as transformações no que diz respeito à formação docente, e na última seção descrevo os desafios da educação de surdos no ensino fundamental da rede pública, bem como o ensino Bilíngue, sempre me amparando na práxis de minha vivência profissional.

1. A MINHA INFÂNCIA: os primeiros desafios

Eu sou Iglean Vito da Silva, filho de Raimunda Vito da Silva e José Novato da Silva. Nasci no dia 08 de junho de 1982, em Grajaú, no Estado do Maranhão. Hoje resido e trabalho como Intérprete de Libras no município de Altamira, Estado do Pará.

Uma das melhores fases da nossa vida é a infância. São momentos únicos entre as dúvidas que toda criança traz na sua maneira de pensar, os seus porquês, suas interrogações acerca de tudo que está a sua volta, de viver inocentemente. Kramer contribui com a compreensão dessa fase da vida, afirmando que:

Uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância – seu poder de imaginação, fantasia, criação – e entende as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. Esse modo de ver as crianças pode ensinar não só a entendê-las, mas também a ver o mundo a partir do ponto de vista da infância, pode nos ajudar a aprender com elas (2003, p. 91).

Para mim a infância representou uma realidade difícil, cheia de carências emocionais, afetivas, e financeiras, devido meu pai biológico ter abandonado a família, foram surgindo diversos problemas. Recordar minha infância é relembrar com muita tristeza a fatalidade de ter perdido minha mãe ainda bem criancinha, com oito anos de idade devido complicações no parto, diante desse dilema minha bisavó Joaquina Alves Vito com idade avançada, 76 anos, ficou com a responsabilidade de cuidar de três: crianças menores meus dois irmãos e eu.

Após a morte de minha mãe, um grupo religioso conhecido mundialmente por Testemunhas de Jeová começou a nos visitar, demonstrado empatia e muito amor e nos ajudando espiritualmente e emocionalmente até mesmo de forma prática, desde então passamos a frequentar suas reuniões (cultos).

Seis anos depois, minha bisavó adoeceu de trombose, que foi se agravando rapidamente. Eu, sentindo-me impotente ao ver o sofrimento de mais uma pessoa muito amada da família, passando por uma situação. A única coisa que restava era pedir ajuda de Deus e continuar orando (rezando).

Após anos de sofrimentos minha bisavó acabou falecendo, eu tinha quinze anos de idade e mais uma vez, meu coração partia de tristeza.

É inegável que essas situações marcaram a minha infância e a ideia de existência, mas também serviram para um aprendizado de viver no mundo real, cheio de dúvidas, de tristezas,

de incertezas. Passei a entender depois, que isso também faz parte da infância de outras crianças, pois como nos lembra Andrade:

A infância é uma construção social, elaborada para e pelas crianças, em um conjunto ativamente negociado de relações sociais. Embora a infância seja um fato biológico, a maneira como ela é entendida é determinada socialmente; A infância, como construção social, é sempre contextualizada em relação ao tempo, ao local e à cultura, variando segundo a classe, o gênero e outras condições socioeconômicas, por isso não há nenhuma infância natural, nem universal, mas muitas infâncias e crianças; As crianças são atores sociais, participando da construção e determinando suas próprias vidas, mas também a vida daqueles que as cercam e das sociedades em que vivem, contribuindo para a aprendizagem como agentes que constroem sobre o conhecimento experimental (2010, p. 71).

Saindo desta fase de criança e pré-adolescência e entrando na adolescência, para mim era mais uma vitória esquecer tudo que tinha acontecido. Minha nova família adotiva: Antônia Marinalva e Antônio Setúbal trabalhavam na agricultura, e tinham poucos meios de se sustentarem financeiramente era da roça que conseguíamos o alimento básico do dia a dia. Com o passar do tempo, minha família biológica (meu tio Juscelino Alves Vito) pediu para eu morar com ele, em Altamira/PA; vim sem questionar, e, ali, senti-me uma das primeiras vezes feliz e com a expectativa de ter uma adolescência melhor com a esperança de conseguir realizar meus sonhos.

Muitas foram as mudanças nessa nova família, na qual era formada por duas pessoas: Juscelino Alves Vito, e Maria Isa, nessa nova fase e entre tantas tarefas, eu trabalhava com meu tio como vendedor. O amor do meu tio e das Testemunhas de Jeová foi essencial para cicatrizar minhas feridas emocionais devido a tantas perdas, e essa superação ou resiliência foi possível a partir dos momentos de felicidade, de alegria, de trabalho que eles me proporcionavam.

2. TRAJETÓRIA ESCOLAR: OUTRAS EXPERIÊNCIAS, NOVAS APRENDIZAGENS

Em Grajaú, no Maranhão, apesar de a educação passar por muitas dificuldades, eu sempre busquei maneiras para uma formação e uma vida melhor, mesmo diante de grandes dificuldades.

Em 1991, fui matriculado na primeira série na Escola Municipal Colégio Gonçalves Dias situada na zona urbana do município de Grajaú/MA, escola na qual cursei da 1^a à 4^a série² do ensino primário. Recordo-me de um professor que era uma pessoa dedicada e comprometida com a educação, porém muito rígido, e utilizava o método tradicional, marcava a lição que tínhamos de ler no outro dia recitar sem errar uma palavra; com a tabuada, ele nos agrupava de dois em dois para “tomá-la”. Vivíamos momentos de angústia, pois a palmatória que ficava em cima da sua mesa, fazia parte do processo educativo da época, esperando por um erro, ou então quem não quisesse ficar de joelhos em carços de milho, devido esse fato eu tinha que estudar muito.

Mesmo assim, eu aproveitava cada momento das aulas, pois queria aprender a ler e escrever, e isso não demorou muito para acontecer. Desde que iniciei a trajetória estudantil, procurei levar a sério tudo que o professor ensinava, sempre tirava boas notas e recebia elogios pela dedicação, menos em matemática, pois sempre tive dificuldades devido ao trauma da palmatória.

Ainda hoje, muitas pessoas falam do tempo que estudavam com professores que usavam esse método, que o aluno aprendia respeitar os professores, dedicavam mais na lição que era preparada, afim de que o aluno fosse obrigado a memorizar os conteúdos.

Este método do castigo, da palmatória, para alguns era o ideal para o aluno se interessar pelo estudo, mas eu não pensava assim. Diante desse fato, eu desisti na 7^o série, me deixei levar por desânimo ou talvez pela falta de vontade para estudar, os conteúdos baseavam-se nos livros didáticos, com método de ensino parecido para todas as matérias; a avaliação desenvolvia-se em exercício de memorização exigidos nas provas bimestrais, cabendo aos alunos decorar o questionário elaborado pelo docente, por meio de um processo de repetições, os meus professores usavam essa metodologia que era comum no contexto brasileiro, o aluno era tratado como um ser sem sabedoria, sem ideias, e fazia muitas crianças e adolescentes terem medo de frequentar a escola.

¹ Ensino Fundamental de 8 anos.

² Hoje não se utilizam mais esses termos, mas anos ao invés de séries e Ensino Fundamental I para o que se chamava Primário.

A julgar pelo tema desse memorial deixo claro que durante a minha infância não tive nenhum contato com pessoas surdas ou intérpretes de Libras, que garantissem o acesso e permanência na escola de alunos com necessidades educacionais especiais.³

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB nº 9.394, de 20 de DEZEMBRO de 1996)

Diante dessa situação, entendo que é preciso pensar nos saberes docentes, buscando competências e habilidades que possam contribuir com o novo modelo de ensino, capaz de atuar com as o processo educativo de uma sociedade que está em constante transformação, pois cada indivíduo traz uma bagagem de sabedoria.

Continuando meus estudos nas séries de 5ª à 8ª, fui matriculado na escola Unidade Integrada Professor Dimas Simas Lima. Grajaú/MA. Estava ansioso para conhecer a escola, pois ficava no mesmo bairro da minha casa.

Nessa nova fase dos estudos, o convívio com pessoas diferentes me ocasionou um pouco de insegurança, timidez por ser uma pessoa pobre. Porém, com o passar dos dias e meses, fui percebendo que existiam pessoas com a mesma condição financeira que a minha e a forma como procurei interagir, como gostava de jogar bola e tinha habilidade consegui conquistar muitos amigos.

Nesta fase de estudos, adquiri novas informações, obtive conhecimentos para minha vida tanto na família como na sociedade, possibilitando um amadurecimento intelectual e social, onde as dificuldades já não eram tão dolorosas na minha vida e procurei dar o máximo de mim, procurando conviver com os que me rodeavam, ressaltando mais uma vez que, neste período, não conhecia e não tinha nenhum contato com a comunidade surda.

Não me lembro de todos os professores, pois, eram vários, mas, alguns foram marcantes como: a professora e diretora chamada Gorete com sua tamanha paciência e bondade e muito amor pelos alunos; a professora de Matemática, Loiola; lembro-me desta, pois discutimos e fui reprovado.

Quando estava na 7ª série, em 1999, tive um retrocesso educacional pela questão financeira, que é um dos maiores desafios para a educação e que levam muitos jovens a

³ A nomenclatura adotada pela lei 13.146, a partir do ano de 2015 passa a ser: Pessoas com deficiência.

desistirem. No meu caso, não foi diferente, pois eu tinha que trabalhar vendendo picolé nas ruas da cidade, também tinha que levantar cedo para ajudar nas tarefas de casa e depois ir à escola, em razão disso optei em parar de estudar.

Foi neste momento sem demora que meus colegas de turma ao saberem da minha desistência dos estudos, fizeram uma campanha para arrecadar alimentos. Recordo-me que conseguiram muitas cestas básicas e a turma inteira foi levar esses mantimentos à minha casa. Incentivaram-me a retornar a escola, doando-me um uniforme escolar. Fiquei muito surpreso e, tomado pela emoção, na semana seguinte, com uniforme novo, decidi retornar mesmo com toda dificuldade enfrentando os desafios, mais de forma diferente, com outro pensamento, que era de vencer e finalizar o meu ensino fundamental; no ano de 2000, consegui realizar esse sonho.

3. INSERÇÃO AO ENSINO MÉDIO: UM NOVO CAMINHO NA MINHA FORMAÇÃO

Em 2001, mais precisamente no mês de abril, já me encontrava no Ensino Médio, na Escola Estadual de Ensino Médio Anexo Polivalente de Altamira. Ao longo do Ensino Médio, não tive contato com nenhum surdo e nem esse tema me foi apresentado na escola, nem informalmente e tampouco por ações do Governo por meio de projetos.

É importante salientar que a inclusão não acontecia, mas a lei de Libras passou a vigorar no ano seguinte, lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. A Língua Brasileira de Sinais, segundo essa lei, em seu: Art. 1º “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. (BRASIL, 2002). Essa lei foi regulamentada, mais tarde, pelo Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005, o qual que determina a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores.

Nessa perspectiva de inclusão, em 2003, finalizando o Ensino Médio e fazendo uma comparação com a legislação que nós temos, até naquele momento eu não tinha experiência alguma com a comunidade surda ou a língua de sinais. Naquela época, eu poderia até mesmo achar que os surdos eram incapacitados, ou talvez eu usasse o termo “mudo” ou pensar que tinham uma deficiência intelectual; parecido com que acontecia na Idade Média, em que os surdos eram rejeitados pela sociedade, ou mesmo eliminados (mortos).

Lembrando que o foco deste trabalho é sobre a história de um intérprete de Libras no contexto escolar, no entanto, durante toda minha vida escolar não me foi apresentado este tema. Como já mencionei, mesmo que em 2002 já houvesse sido aprovada a lei, mas a inclusão não era de todo eficaz. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), menciona que toda rede regular de ensino deve acolher todos os estudantes independentemente de suas necessidades. Assim, a inclusão de alunos surdos significa não só responsabilizar o governo, mas envolver toda comunidade escolar: secretários de educação, diretores de escola, professores, bem como a reestruturação da escola, possibilitando uma comunicação de forma que ela se torne apta a dar respostas às necessidades educacionais de todos seus alunos, inclusive dos surdos, exigindo-se que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades de aprendizagem a todos os alunos.

3.1 Educação de surdos: caminhos percorridos

No Brasil de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴ cerca de 10 milhões de brasileiros são surdos ou possuem perda auditiva; um número bastante considerável. Assim é importante destacar que as narrativas produzidas sobre a História da Educação de Surdos geralmente seguem o ponto de vista dos ouvintes, os documentos oficiais usados como fonte de pesquisa e até mesmo a literatura utilizada, na sua maioria, não foram construídos por surdos.

A comunidade surda, especificamente no Brasil tem uma grande história e muitas tradições. Mediante esses aspectos culturais, formaram-se associações de surdos. Isso aconteceu devido a necessidade de comunicação do povo surdo, essas associações propunham a dar informações e incentivos através de conferências e entretenimentos, fornecendo lazer cultural social e outros relevantes. Skliar (2011) afirma que é por meio de encontros surdo-surdo onde acontece o surgimento da Comunidade Surda, a partir daí surgem associações que se relacionam em diversos ambientes para interagirem principalmente no que tange a comunicação.

Em vista desse fato, a educação de surdos já estava acontecendo no Brasil e os surdos transitavam pelas escolas, mesmo antes da oficialização da Lei nº 10.436; certamente poderia ter algum aluno surdo que não me foi apresentado e eu não tinha conhecimento nem mesmo quem seria ou como era o indivíduo surdo, mas a partir do ano de 2004 essas questões e dúvidas foram sanadas, de que forma? Por querer conhecer minha futura profissão de Intérprete de Libras.

Intérprete - Pessoa que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra (língua alvo) o que foi dito. Intérprete de língua de sinais - Pessoa que interpreta de uma dada Língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais. (BRASIL, 2004).

O processo de tradução é explicado da seguinte forma, de acordo com a obra O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa: “A Tradução- interpretação simultânea - É o processo de tradução- interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma língua (língua fonte), processá-la e passar

⁴Fonte: IBGE, Censo 2010.

para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação”. (BRASIL P.11 MEC; SEESP, 2004).

Em vários países, há tradutores e intérpretes de língua de sinais. A história deste profissional se deu a partir de trabalhos voluntários que foram sendo valorizados enquanto a atividade não tinha amparos legais, na trajetória em que os surdos foram conquistando os seus direitos, tais como a comunicação por meio de um tradutor intérprete a língua de sinais do país passou a ser reconhecida enquanto língua. Mesmo ainda havendo o mito de que as línguas de Sinais são gestos soltos ou mímicas para interpretar as línguas orais, na verdade a língua de Sinais tem sua complexidade e expressividade como qualquer língua oral, com suas expressões que possibilitam aos seus usuários discutir política, filosofia, literatura, até mesmo criando teatro e humor.

Diante dessas informações em que a Libras é o canal de comunicação, os surdos passaram a ter garantias de acesso enquanto direito linguístico. Lacerda, (2011) destaca que o trabalho do intérprete não pode ser visto apenas como um trabalho linguístico; também é necessário considerar a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo anunciado, sendo fundamental conhecer o funcionamento e os diversos usos da linguagem.

Assim, conseqüentemente, as instituições se viram obrigadas a garantir acessibilidade através do profissional intérprete de língua de sinais. Foram realizados encontros com a presença de intérpretes de língua de sinais em trabalhos religiosos iniciados no Brasil por volta dos anos 1080. Em 1988, por exemplo, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS⁵ que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete; em 1992, realizou-se o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS, que promoveu o intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes no país, discussões e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes fundado mediante a aprovação do mesmo. Entre 1993 e 1994, realizaram-se alguns encontros estaduais, e a partir dos anos 90, foram estabelecidas unidades de intérpretes ligadas aos escritórios regionais da FENEIS. Em 2002, a FENEIS já sediava escritórios em São

⁵ Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas em educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos. Desenvolve ações de educação informal e permanente, com intuito de valorizar o ser humano e estimular a autonomia pessoal, a interação e o contato com expressões e modos diversos de pensar, agir e sentir. Oferece, também, atividades de turismo social, programas de saúde e de educação ambiental, programas especiais para crianças e terceira idade, dentre outros, é filiada à Federação Mundial dos Surdos.

Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro (BRASIL p.14,15, MEC; SEESP, 2004).

As Testemunhas de Jeová, conhecidas mundialmente por sua obra de pregação de casa em casa transmitem a mensagem bíblica a todas as pessoas de vários grupos sociais e linguísticos, inclusive aos surdos, elas dão testemunho aos surdos utilizando publicações na própria língua de sinais que podem ser encontradas no site institucional⁶, e em várias partes do país, uma vez que "a língua de sinais [é] usada pelas comunidades surdas dos centros urbanos Brasileiros" (QUADROS, 1997, p.46).

Conforme Quadros (2005), a Libras é uma língua utilizada pelas comunidades surdas brasileiras. É uma língua visual-gestual articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. Tais sinalizadores estabelecem referentes associados com uma localização no espaço.

Língua de sinais – São línguas que são utilizadas pelas comunidades surdas. As línguas de sinais apresentam as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística. As línguas de sinais são visuais-espaciais captando as experiências visuais das pessoas surdas (QUADROS, 2005, p. 8).

Diante do exposto, em setembro de 2004, comecei a aprender Libras com as Testemunhas de Jeová, com o objetivo de ajudar os surdos a ter conhecimento da Bíblia e de assuntos espirituais. Uma amiga chamada Darlem me apresentou um surdo e disse que eu tinha habilidade de ser um intérprete de Libras. De acordo com Quadros (2007, p.7) o tradutor/intérprete de Libras é conceituado como “a pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais”.

Dentro desse processo interpretativo, língua de sinais para língua oral e vice-versa destacam-se modalidades, competências e habilidades que o profissional deve envolver na sua prática.

(...) o trabalho de interpretação não pode ser visto, apenas, como um trabalho linguístico. É necessário que se considere a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo, portanto, fundamental, mais do que conhecer a gramática da língua, conhecer o funcionamento da mesma, dos diferentes usos da linguagem nas diferentes esferas de atividade humana. Interpretar envolve conhecimento de mundo, que mobilizado pela

⁶ Os vídeos em língua brasileira de sinais podem ser encontrados no endereço eletrônico www.jw.org.

cadeia enunciativa, contribui para a compreensão do que foi dito e em como dizer na língua alvo; saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos (LACERDA, 2009, p. 21).

Entendendo que era esse caminho que desejava percorrer, vi a necessidade de me qualificar profissionalmente para ser um intérprete de Libras. Na igreja, ou no salão do Reino como é conhecido, os locais de reuniões das testemunhas de Jeová já faziam um trabalho de interpretações das palestras dos discursos na igreja de forma que a educação bíblica realizada contribuía para os surdos terem acesso a Libras. Ainda assim, fui buscar formação fora do âmbito religioso.

No mês de novembro de 2004, fiz meu primeiro curso de Libras com uma equipe da SEDUC composta de um professor surdo, Arlindo Gomes de Paula, e o intérprete, professor Anchieta, que realizaram uma formação para os professores da rede estadual do município de Altamira. Entrei no curso apenas como participante e não como aluno, mas no final do curso o professor surdo oficializou minha matrícula como aluno.

Daí em diante, fui conquistando espaço na comunidade surda de Altamira, pois minha vontade de aprender era imensa. Não demorou muito, comecei a perceber os surdos, a conhecê-los individualmente e culturalmente, a entender o que estavam dizendo, pois há pessoas surdas em toda a parte do Brasil. Porém, muitos surdos ainda são invisíveis à sociedade.

Ressaltando meu interesse em me tornar um intérprete de Libras fui para o estado do Amapá me aperfeiçoar junto com a comunidade surda de Macapá, visitando o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas Surdas – CAS não tive mais nenhuma dúvida de qual seria minha profissão: Tradutor Intérprete de Libras, previsto na lei Nº. 12.319/10, que regulamenta a profissão e em seu art. 6º trata das atribuições do tradutor.

Art.6º são atribuições do tradutor intérprete, no exercício de suas competências:

[...]

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; ((BRASIL, 2010.)

E qual a função do intérprete de Libras? Intérprete é o mediador da aprendizagem ao interpretar a fala do professor e traduzir os conteúdos apresentados nos livros, para a língua de sinais, Lacerda (2006) enfatiza que:

O objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros, a questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais interpretando sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno (LACERDA, 2006, 174).

Nesse contexto, o intérprete educacional exerce também o papel de educador, não assumindo a função do professor, mas ajudando no processo de ensino-aprendizagem. Vendo a necessidade de poucas pessoas se interessarem por esta comunidade, juntamente com um grupo pequeno de pessoas criamos o Centro de Apoios e Promoção de Acessibilidade e Inclusão Social-CAPAIS de Altamira, em 27 de agosto de 2006. Tratava-se de uma associação sem fins lucrativos, filiação religiosa ou partidária que teria duração de tempo indeterminado.

Esse centro tinha por missão trabalhar em parcerias com instituições governamentais, não governamentais e sociedade, apoiando e promovendo ações que proporcionassem a acessibilidade e inclusão das pessoas em risco de exclusão; além de conquistar a confiança da comunidade com trabalho voltado para as dimensões, sociais, ambientais culturais, educacionais, rumo ao desenvolvimento social sustentável.

Nesse decorrer de tempo, já estava atuando como intérprete de Libras do CAPAIS. No referido ano, foram feitos vários eventos realizados pela SEDUC em parceria com o CAPAIS e UAB, SENAI, formação em Vitória do Xingu para o ensino da Libras, entre outros. Atualmente sou membro do Instituto Cultural Educacional e Profissionalizante dos Surdos de Altamira, ICEPSA, com a mesma finalidade do antigo CAPAIS: apoiar os surdos e familiares de surdos nas conquistas dos seus direitos, atuando ainda como tradutor intérprete de Libras.

Eu sempre procurei me aperfeiçoar, pois não me agradava trabalhar na informalidade. Submeti-me ao exame de proficiência em Libras, o Prolibras: “O exame Prolibras é um exame de proficiência que objetiva certificar instrutores e professores de língua de sinais e tradutores e intérpretes de língua de sinais” (QUADROS et al., 2009, p. 9).

O exame Prolibras certifica o tradutor-intérprete de língua de sinais para atuar em diferentes contextos de tradução e interpretação. Portanto, a formação nessa área é fundamental, pois a função desse profissional exige técnica e preceitos éticos, uma vez que ele intermedeia relações entre pessoas que usam diferentes línguas e assumem o discurso de outro (em nível de tradução).

A primeira prova do Prolibras ocorreu no ano de 2006, organizada pela COPERVE/UFSC e assim também mais seis provas nos próximos anos foram de responsabilidade dessa comissão: Prolibras/2006, Prolibras/2007, Prolibras/2008, Prolibras/2009, Prolibras/2010 e Prolibras/2013. A última versão da prova ocorreu em 2015 sob responsabilidade das instituições INES e UFSC.

Na edição do Prolibras/2008, fui classificado na prova objetiva, mas na prática não consegui. Voltei da cidade de aplicação, Macapá, decepcionado. Passados alguns dias, resolvi estudar para próxima edição Prolibras/2009; nesta edição eu passei e tinha agora a certificação de intérprete de Libras nível médio e um sonho realizado. O exame Prolibras era uma ação de curto prazo para certificar profissionais, intérpretes e instrutores de Libras para atuarem nos processos de inclusão dos surdos brasileiros. Atualmente esse exame não existe mais, pois para tal certificação podemos assim dizer que já cumpriu seu papel.⁷

Em 2006, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, baixou a Portaria Normativa n.11, criando o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras, denominado Prolibras. Essa Portaria previa para o referido exame uma periodicidade anual, a ser executada de 2006 a 2016, uma ação transitória, mas necessária em razão da falta de profissionais capacitados para a formação de professores, tradutores e intérpretes que terão a função de difundir a Libras e contribuir para a inclusão dos surdos no mercado de trabalho. (QUADROS et al., 2009, p. 9).

De volta para a realidade de Altamira, juntamente com a comunidade surda comecei a interpretar/traduzir em conferências municipais e estaduais, colocando em prática, assim, meus conhecimentos, devido à necessidade desse profissional no campo educacional ou em sala de aula, haja vista que os surdos já estavam inseridos nas escolas dos municípios, mas (alguns/muitos deles) sem o apoio do tradutor intérprete de Libras.

⁷ Para mais informações: <http://portal.mec.gov.br/pnlem/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17436-prolibras-programa-nacional-para-a-certificacao-de-proficiencia-no-uso-e-ensino-da-lingua-brasileira-de-sinais-libras-e-para-a-certificacao-de-proficiencia-em-traducao-e-interpretacao-da-libraslingua-portuguesa-novo>.

Assim, diante deste percurso, eu com proficiência em tradução e interpretação em Libras comecei a trabalhar como intérprete educacional numa escola da rede privada. Lá havia um único surdo que usava poucos sinais, mas fazia leitura labial perfeitamente, eu não sabia se interpretava ou se falava para ele ler meus lábios. De certo, foi um aprendizado; pois, um ano depois, estava sendo contratado pela rede municipal de ensino de Altamira para exercer a função de intérprete de Libras na escola Deodoro da Fonseca (onde atuo até a presente data), com três surdos, dois deles cursando 6º ano ensino fundamental e o outro 7º ano à época.

Os desafios eram muitos, pois alguns professores achavam que o surdo era o nosso aluno e até hoje alguns pensam dessa forma. Com poucos recursos materiais voltados para a educação dos surdos, as aulas eram apenas interpretadas do português para Libras. De acordo com Quadros (1997) as pessoas surdas possuem o direito de serem ensinadas em língua de sinais, pois se a língua oral é adquirida de forma sistematizada e natural pelos ouvintes, pode ser dizer que a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua.

Em 2010, fui contratado para interpretar em outra escola EMEF Gondim Lins, a surda Maria no 5º ano do ensino fundamental nunca teve contato com a comunidade surda da localidade, muito tímida e quase não se expressava. Durante toda vida escolar dela, eu fui seu intérprete, e juntamente com a professora Derceles Almeida, começamos a buscar meios e formas de a aluna surda aprender Libras. Uma maneira foi interagir na comunidade surda. Além do contato com o intérprete de Libras na sala de aula, a mesma fazia o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola Deodoro da Fonseca. Portanto é de fundamental importância que os professores que trabalham com os surdos possam desempenhar o seu papel de mediador do conhecimento e que aprendam as especificidades da Libras, visando à construção significativa da aprendizagem.

Com a falta desse profissional na região; eu, muitas vezes, atuava nos três turnos. Em 2013, voltei para a EMEF Deodoro da Fonseca escola em que a comunidade surda parece-me que culturalmente e socialmente ocupou seus espaços tornando-a referência no município de Altamira e região do Xingu. Mesmo com tantas barreiras, o corpo escolar como um todo aceitou essa proposta de inclusão, conforme o projeto político pedagógico da escola em atender todos os alunos de acordo com suas especificidades ou necessidades educacionais, articulando ações para o melhor aprendizado dos educandos.

Ressaltando a minha trajetória como intérprete de Libras atuei em várias formações, debates, conferências, feiras literárias, sendo uma das mais prestigiadas realizada em 2017: a I

Feira Literária Internacional do Xingu (FLIX), organizada pela UFPA. Atuei também em provas de concursos públicos. No ano de 2016, fui convidado a fazer parte do projeto de ensino e extensão Curso de Libras, proporcionado pela Universidade Federal do Pará, campus universitário de Altamira, com o intuito de formar profissionais capazes de atender às demandas sociais e políticas provocadas pelos diferentes grupos sociais e educacionais que trabalham diretamente para prover à pessoa surda ou com deficiência auditiva, melhores oportunidades de desenvolver o seu potencial biopsicossocial.

Diante disso, posso mencionar algumas situações que são vivenciadas por grande maioria dos intérpretes, nas quais as legislações vigentes não têm sido colocadas em prática na maioria dos municípios do Brasil. A educação bilíngue tem sido utopia em cidades pequenas do interior dos estados brasileiros, uma vez que sabemos que o adequado é que a criança surda adquira a língua de sinais (quando esta é filha de pais ouvintes) da forma mais natural possível, tendo como um modelo um professor surdo fluente na língua, mas o que temos visto são alunos, no contexto da educação regular inclusiva, aprendendo a língua de sinais com intérpretes, e nas salas de aulas o professor regente inverte o papel, dizendo que o surdo é o nosso aluno e que somos nós responsáveis por ele de certa forma.

De fato, somos reflexo para o surdo em termos de comunicação, no entanto o responsável pela disciplina e conteúdos lecionados é sempre o professor regente. Além disso, o intérprete organiza seu planejamento, elaborando estratégias linguísticas por meio dos conhecimentos do professor. Desse modo, o planejamento de tradução, ou seja, a organização linguística do texto falado ou escrito sobre o tema a ser abordado, depende das explicações que o educador disponibiliza para o intérprete.

Lacerda (2002 p. 123) discute bem a posição e o papel do intérprete na sala de aula: “O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno”. Suscitam aqui, pois, algumas questões referentes ao papel do intérprete: É essa a inclusão que os sujeitos surdos desejam? Os sujeitos (intérpretes) são responsáveis pelo desenvolvimento língua da comunidade surda?

Portanto é visível que alguns desses procedimentos não são adequados, mas é o que tem sido oferecido. Alguns municípios oferecem o ensino da língua de sinais por meio do AEE, (Atendimento Educacional Especializado) que na grande maioria dos casos são ministradas por professores ouvintes que não tem o domínio em nível fluente da língua de

sinais. É pesaroso, mas, infelizmente, é o que temos encontrado: os direitos dos surdos não sendo garantidos. Neste sentido, é preciso que todo sistema de educação disponibilize para as escolas os recursos necessários que favoreçam o processo de inclusão. E que as pessoas se engajem maciçamente. Entretanto, a maioria das escolas que recebem alunos (as) surdos (as) não disponibilizam recursos humanos e materiais/pedagógicos e, algumas, nem o intérprete. Dessa forma, o (a) aluno (a) surdo (a) é inserido nas escolas; contudo, a inclusão escolar pode estar ou não ocorrendo nesse processo, e quando ocorre não está sendo bem aplicada como deveria.

Para Skliar (2011) uma das maiores dificuldades para os surdos é encontrar profissionais da educação que estejam bem preparados para recebê-los em sala de aula e ainda que seja capaz de rever continuamente suas práticas metodológicas.

Remontamos aqui, abrindo-se um hiato no texto, ao período histórico da exclusão explícita ao Oralismo, no qual os surdos eram colocados à parte da sociedade como um povo sem direitos e muito menos deveres, eram simplesmente marginalizados como uma figura da anormalidade. De acordo com Strobel, destaca que a história de surdos é dividida em três grandes fases:

Revelação cultural: Nesta fase os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita e há evidência de que antes do congresso do Milão havia muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem-sucedidos. Isolamento cultural: Ocorre uma fase de isolamento da comunidade surda em consequência do congresso de Milão de 1880 que proíbe o acesso da língua de sinais na educação dos surdos, nesta fase as comunidades surdas resistem à imposição da língua oral. O despertar cultural: A partir dos anos 60, inicia uma nova fase para o renascimento na aceitação da língua de sinais e cultura surda após de muitos anos de opressão ouvintista para com os povos surdos. (STROBEL, 2009, p. 12).

O Congresso de Milão, em 1880, confirmou que Oralismo era realmente o melhor método de ensino para educar as crianças surdas. Esse Congresso tinha como propósito evidenciar as desvantagens da Língua de Sinais para o desenvolvimento cognitivo e linguístico do surdo e a abolir definitivamente como proposta educacional.

Dessa forma, o Oralismo foi sem dúvidas um dos períodos mais tristes da Comunidade Surda. Se, por um lado, houve o Holocausto vivido por milhares de Judeus na Alemanha e que foi um período vergonhoso, podemos dizer que o "Oralismo" foi sem dúvidas um período sombrio e triste de um povo que lutou muito para ter o reconhecimento de sua língua, sua Cultura, sua história. Nessa luta muitos Surdos pagaram com a própria vida para

que hoje outros Surdos pudessem desfrutar de Leis que os beneficiam. Se formos analisar com olhar crítico, a nação Brasileira tem uma dívida com este povo, demoramos muito para perceber e reconhecer que sem dúvida a Libras é a porta de acesso para o conhecimento, a Libras é a janela da alma dos Surdos, abrindo-se essa janela e terão acesso a comunicação e ao que está do outro lado.

Após o período do Oralismo, a sociedade e a área da Educação procuraram outros métodos que pudessem auxiliar na educação dos Surdos. No final do Século XX o Brasil ainda enfrentava um grande problema em suas salas de aula. Mesmo que nesta época não tivesse uma força muito grande da ideia de Inclusão Social, o Brasil a partir da década de 90 começa a pensar na volta da Língua de Sinais nas salas de aula como recurso Linguístico para alfabetização de crianças Surdas. Isso só foi possível graças à última reforma da nossa Constituição em 1988, e nela muitos ajustes foram feitos na área da Educação, uma delas o direito da criança com Deficiência à Educação.

Não temos ainda nesse episódio a Libras como Língua, tampouco se pensava essa época em Intérprete de Libras, pois esta profissão ainda não existia e somente poucas pessoas sabiam a técnica de interpretar. Os poucos Intérpretes que tinham estavam nas igrejas fazendo trabalho voluntário, eu comecei assim voluntário na igreja. Então muito tinha que ser feito ainda, mas aos poucos a partir da década de 90 a Língua de Sinais volta para a sala de aula e para as mãos dos Surdos... O grande desafio estava lançado, como incluir crianças Surdas no Currículo nacional para um Currículo que foi feito para crianças Ouvintes?

Um dos períodos mais marcantes da História dos Surdos e com certeza um dos momentos mais felizes também foi a volta da Língua de Sinais nas salas de Aula do Brasil, ainda que a passos lentos, a partir da década de 90, logo após a reformulação da Constituição Brasileira em 88 onde incluía o direito da criança com deficiência de ter acesso à Educação foi sem dúvida o primeiro e grande passo para a revolução que a Inclusão Social traria anos mais tarde (talvez). Algo mais complexo estava para acontecer diante dos nossos olhos e fomos passivos em aceitar da forma como foi feita, depois da Lei de Salamanca, onde foi discutido o rumo da Educação Especial para abertura da Inclusão Social, o Brasil coloca em prática, em partes, o que iria chocar milhões de brasileiros, a inclusão de crianças com deficiência em salas de aula regulares do dia pra noite. Anos após a Lei da Inclusão Social e Acessibilidade terem sido sancionadas, mesmo que a grande maioria da população desconhecesse essas Leis, mesmo assim ela foi colocada em prática no sentido de alunos de todos os tipos de deficiência nas salas de aula regulares em âmbito nacional e com a grande

tristeza de fechamento das Escolas para crianças com Deficiência, até hoje os profissionais da área da Educação guardam em suas lembranças o horror vivido naquele primeiro ano de Inclusão Social que ainda permeia nos dia de hoje.

Por toda a nossa vida em sociedade estamos rodeados de Leis e Artigos que determinam o nosso direito de ir e vir e de sofrer sanções e penalidades de acordo com a infração que cometemos. Muitas Leis zelam pelos nossos benefícios e com eles o direito de ter uma vida mais digna nesta mesma sociedade, a Lei é elaborada pensando no bem em conjunto, ou seja, uma Lei que ampara todos sem distinção de raça, cor, religião ou deficiência, e a partir deste ponto começamos a escrever mais um capítulo desta história, dentro desta Lei está o direito da pessoa com deficiência, sem distinção, ter acesso à Educação e tantos outros setores da Sociedade.

A Lei que ampara a Inclusão Social em âmbito nacional diz que todas as pessoas com qualquer tipo de deficiência tem o direito a Educação, ao acesso na Unidade Escolar e de viver uma socialização, - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015).

Quando lemos a Lei na íntegra percebemos que o que está escrito está brilhante, porém existem muitas brechas que precisam ser esclarecidas, uma delas é como aplicar uma Lei em âmbito nacional, uma Lei Federal, exigindo que todas as Escolas a partir desta data façam a inclusão de alunos com deficiência em sala de aula Regulares sem levar em consideração que o nosso país vive uma desigualdade social gigantesca e o espaço escolar não estava preparado para recebê-los? Como aplicar uma Lei mediante tais situações?

Com certeza daria para escrever um Livro se formos contar a história das pessoas com deficiência, especificamente os Surdos... Mas porque não escrever essa história, afinal a Comunidade Surda merece que seus registros históricos fiquem marcados não só na nossa memória, mas também nas mãos de toda a sociedade brasileira para enfim que seja de conhecimento de todos a participação e contribuição da Comunidade Surda na construção da nossa sociedade.

Fechando-se o hiato dessa parte da história (da minha e do Povo Surdo), falemos de formação acadêmica nas linhas que se seguem.

4. O CURSO DE PEDAGOGIA: E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.

As mudanças são fatos inevitáveis que acompanham o processo de desenvolvimento da sociedade como um todo. Mediante as reformas que surgiram no processo educacional, exigiu-se que o professor/Intérprete de Libras tanto no ensino básico e superior deveria ter uma formação de nível superior, além do mais essa nova formação abriria um leque de possibilidades para que eu tivesse novas possibilidades ou até mesmo habilidades pedagógicas para auxiliar os professores em sala de aula. De acordo com o artigo 62 da LDB:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

A partir dessas discussões, o Governo Federal toma medidas que oportunizem a melhoria da qualidade da educação por meio da formação de educadores, principalmente para atender o grande número de professores leigos existentes no contexto brasileiro. Diante desse quadro emblemático, instituiu-se a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, criada por meio do Decreto 6.755/2009, com a perspectiva de corrigir essa situação, tendo por base o princípio do Regime de Colaboração entre União, estados e municípios se corresponsabilizando pela formação inicial e continuada dos docentes das redes públicas do país (BRASIL, 2009).

Com a criação da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica foi constituído, a partir da Portaria Normativa nº. 9 de 30 de junho de 2009, o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), com o objetivo de atender o profissional que ainda não tem formação adequada, de acordo com o que estabelece a LDB, e que esteja em exercício efetivo nas redes públicas de ensino, escolas estaduais e municipais, prevendo o oferecimento de cursos de:

a) Primeira Licenciatura – destinado aos docentes da rede pública de educação básica que não tenham formação superior. b) Segunda Licenciatura - para docentes da rede pública da educação básica que atuam em área distinta de sua formação inicial. c) Formação Pedagógica - para docentes da rede pública da educação básica graduado, porém não licenciada (BRASIL, 2009, p.8).

Para a inserção dos educadores ao PARFOR, o primeiro critério seria comprovar através do censo escolar, sua regência de classe; em seguida, há a orientação para os professores se inscreverem junto à Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, por meio de um sistema desenvolvido pelo MEC denominado Plataforma Paulo Freire, cadastrando seu currículo, ficando o processo de seleção a critério das instituições formadoras.

Ao saber do PARFOR, percebi que tinha chance de finalmente cursar Pedagogia, entretanto analisando as circunstâncias e que chance teria de ser aprovado neste processo, não foi tão fácil. A primeira vez, no ano de 2010, não consegui passar no processo, contudo o processo pelo qual este sistema do PARFOR ia inserir os professores oportunizou a muitos concretizar o sonho de se tornarem universitários e o tão almejado nível superior.

Para mim não foi diferente, minha inserção no curso se deu em 2012 para cursar a Pedagogia na cidade de Brasil Novo, na Universidade Federal do Pará-UFGPA. Assim, tudo se transformou em alegria, minhas expectativas iam além do que eu imaginava às vezes com tamanhos desafios de ir para outra cidade nos períodos de julho e janeiro, além do mais eu tinha a responsabilidade de cuidar da minha esposa (*in memoriam*), Marta Silva, que sofria de depressão desde a infância. Eu tinha que conciliar muitas vezes o estudo e cuidados a ela, mas ao final a perdi para depressão, pois ela em alto grau de crise desistiu de viver no mês de setembro de 2016.

Em Janeiro 2017, lá estava eu na sala de aula sem nenhum interesse, pois tudo aquilo tinha perdido o valor. Até que fui recobrando o bom senso com ajuda dos meus colegas de turma, que contribuíram diretamente para eu não desistir, como Iara de Jesus, Célia e Rosinete. Outra questão de grande relevância para a minha formação foi que o curso de Pedagogia me auxiliou a rever minhas práticas pedagógicas como intérprete de Libras, a questão do planejamento educacional como exercício de autonomia do professor, de organização e sistematização das metodologias, e ainda, de pensar nas necessidades de se planejar as ações pedagógicas de acordo com demandas de cada aluno. Isso me ajudou a perceber que as escolas no seu cotidiano sempre estão recebendo alunos que são diferentes em determinados aspectos: físico, cultural, social.

Com isso, o planejamento é fundamental para atender as necessidades desses públicos para adequá-los à sua realidade e às grandes transformações no ambiente escolar. Planejamento tal que o intérprete de Libras não faz na sala comum, e o curso me proporcionou conhecimentos práticos e teóricos e a cada etapa do curso contribuiu nesta minha formação.

4.1 Bilinguismo e a formação do sujeito surdo: desafios e potencialidades

Quadros (1997), afirma que o bilinguismo é uma proposta de ensino utilizada por algumas escolas que propõem a tornar acessíveis duas línguas no contexto escolar. Essa proposta é apontada como sendo melhor e a mais adequada para o ensino de alunos surdos, e atualmente é uma das maiores reivindicações da comunidade surda, visto que eles podem optar pela apresentação simultânea das duas línguas, a Libras como a primeira-L1 e a Língua Portuguesa como a segunda- L2.

Quadros (1997) explica que a nova proposta bilíngue visa a assegurar o acesso dos surdos às duas línguas, no contexto escolar, ou seja, respeitar a autonomia da Língua de Sinais e da língua majoritária do país, no nosso caso o Português, sendo que bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança as duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

A partir da minha trajetória como tradutor intérprete Libras vivencio propostas inclusivas na rede regular de ensino, ponto particularmente algumas das dificuldades em comparação à proposta de educação bilíngue. No Brasil, é assegurado aos alunos com deficiência e aos demais públicos-alvo da educação especial, a inclusão no sistema regular de ensino. O ponto de partida desta legislação relativa à educação especial é o ano de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal (BRASIL, 1988) ainda em vigor, garantindo direitos a grupos sociais até então marginalizados, como as pessoas com deficiência, sendo posteriormente reforçado por outras legislações (BRASIL, 1996; BRASIL, 2001; BRASIL, 2007; BRASIL, 2008). Mesmo diante das garantias de inclusão, vejo que o ensino regular, na escola inclusiva, tem tido falhas quanto à educação de surdos. Tais falhas podem ser atribuídas à falta de respeito, aceitação, ou mesmo desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras, por parte dos educadores e do corpo pedagógico escolar.

A não utilização de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos surdos, a transferência da responsabilidade do ensinar para o intérprete, são fatores desencadeadores destas falhas na educação. Ao me deparar com a realidade de sala de aula, percebo que nos planos de ensino e nas práticas pedagógicas dos professores (nas salas de aula nas quais atuo como intérprete), não há abordagens diferenciadas. Os professores tendem a não se manifestar

sobre o que tem feito (ou deixado de fazer) para que este educando possa acompanhar os conteúdos trabalhados ou como estão sendo avaliados, e como transferem a responsabilidade de ensino para o intérprete que tem o papel de promover a acessibilidade de comunicação e informação, e como afirma Lacerda (2011, p. 5), “O objetivo principal não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido por uma aprendizagem especificamente elaborada e pensada, e, conseqüentemente, eficiente”.

A Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão de LIBRAS como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular (SOUZA, 2014, p.15).

A Educação Bilíngue é sem dúvidas uma das grandes conquistas da Comunidade Surda ao longo dos anos no processo educacional. Após a Inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar na reformulação de nossa Constituição em 1988, os Surdos começaram a frequentar as salas de aula espalhadas pelo Brasil, não que eles não existiam, mas porque o direito de estudar lhes era negado.

Alguns anos se passaram e hoje o nosso sistema de Educação Especial contempla um Currículo Bilíngue para alunos Surdos em sala de aula (não que isso aconteça na prática, mas na Lei está garantido). Ao mesmo tempo em que houve avanços na Educação de Surdos há também retrocessos. De acordo com Skliar (1998), o fracasso na educação dos surdos está ligado à falta de acesso à língua de sinais e o pouco convívio com outros surdos. Para garantir uma educação significativa é necessário que a escola e a família assumam papéis e posturas bilíngues na educação das crianças surdas, isto é, o aprendizado da língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa na modalidade escrita – e se possível falada – como segunda língua.

A língua portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o dispositivo de aquisição de língua (*Language Acquisition Device*, segundo a teoria Gerativista de Chomsky), por conta da não percepção dos estímulos auditivos. É importante entender que podem aprender essa língua, porém não de forma natural e espontânea como é o caso de Libras; para um ensino de bilíngue é preciso, pois, buscar por uma alfabetização de qualidade e esta requer dos educadores uma constante (re)elaboração de suas práticas, além da procura por caminhos

que oportunizem a esses alunos com necessidades educativas especiais a viverem em um ambiente mais solidário e cidadão, com direito a uma educação que satisfaça suas necessidades tanto cognitivas quanto afetivas.

Mediante esse fato, o surdo é um indivíduo bicultural, ou seja, aquele que está inserido ao mesmo tempo em mais de uma cultura, neste caso, a cultura surda e a cultura do ouvinte. Então para que o aluno com surdez seja alfabetizado e letrado em Língua Portuguesa, é necessário que primeiro conheça a Língua Brasileira de Sinais, que será utilizada para se comunicar com várias pessoas, sejam elas ouvintes ou surdas. É importante que a educação dos surdos seja na sua própria língua de sinais de forma que contemple às disciplinas curriculares, faz-se necessário o ensino de língua portuguesa como segunda língua, visando à escrita, com a utilização de materiais e métodos específicos no atendimento às necessidades educacionais do surdo.

Nesse processo, é importante considerar que os surdos se inserem na cultura nacional, pois são minoria com relação aos ouvintes, isto implica que o ensino da língua portuguesa deve contemplar temas que contribuam de forma positiva e construindo referências culturais que os identifiquem como cidadãos brasileiros tendo em vista a riqueza da sua língua e cultura.

Para uma educação bilíngue, a escola deve oferecer intérpretes de língua de sinais, educadores surdos e professores ouvintes que sejam usuários da língua de sinais e capacitados para o ensino do português como segunda língua. É necessário também elaborar um currículo que respeite as diferenças e atenda às necessidades cognitivas dos surdos, possibilitando a eles o envolvimento com a cultura de sua comunidade e não somente com a cultura dos ouvintes.

A escolha deste tema atende uma necessidade de abordar um assunto muito discutido tanto pelos educadores, quanto pelos próprios alunos surdos sobre a inserção dos mesmos na escola regular de ensino, possibilitando uma melhor compreensão do processo de alfabetização e letramento do aluno dentro de uma proposta bilíngue e de toda a problemática enfrentada pelos mesmos, expondo também a atuação e a importância do intérprete em sala de aula no processo aquisição da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa do aluno surdo.

Na perspectiva Bilíngue as disciplinas são ensinadas em Libras, sendo essa língua materna dos surdos, o professor abordará cada conteúdo de todas as disciplinas que tem como primordial e principal a língua de Sinais para isso o instrutor surdo precisa ser fluente em Libras, a proposta bilíngue traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda ao reconhecer a Libras como uma língua, com todo o potencial e como instrumento de fortalecimento de estruturas linguísticas.

A proposta bilíngue atende às expectativas do surdo, pois ela não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação linguística em que se encontrar, está proposta leva em consideração as características dos próprios surdos incluindo a opinião dos surdos adultos com relação ao processo educacional da criança surda (Kolowski, 1998). Segundo Sanchez:

Falar em Bilinguismo no campo da educação dos surdos é fazer referência a algo muito concreto, e algo sem controvérsias à luz dos conhecimentos atuais da linguística: a existência de duas línguas ao redor dos surdos. Dito de outra forma, o Bilinguismo reconhece que o surdo vive numa situação bilíngue (SANCHEZ, 1991, p.39).

Uma educação bilíngue enriquece o conhecimento do surdo, e além de facilitar seu processo de inclusão no universo escolar do ensino regular, havendo a necessidade dos educadores e toda a comunidade escolar se apropriarem deste tipo de comunicação para que realmente ocorra a inclusão desses alunos, para Quadros:

O bilinguismo é um dos movimentos da inclusão de alunos com deficiência auditiva nas salas de aula, porque ele tem por base o reconhecimento e a aceitação social, criando assim condições para que diferentes pessoas em diferentes regiões possam criar ou ter oportunidades no convívio social (2005, p. 26).

Fica evidente a importância da educação bilíngue para a aprendizagem da criança surda, sendo fundamental conforme suas necessidades. Diante disso, o aluno surdo precisa de uma metodologia de ensino própria, com sala de aula adequada, em que predomine a metodologia visual. É importante perceber que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento da pessoa ouvinte, precisando apenas que suas necessidades diferenciadas sejam atendidas e que o desenvolvimento dessas ações implementadas dentro contexto escolar se tornem efetivas. O compromisso da escola, pois, não é apenas “permitir” a comunicação em sinais, mas sim garantir condições que contribuam para essa formação, o objetivo é ser bilíngue, a fala e a habilidade de leitura orofacial são valiosas, mas não são (apenas elas) a medida do sucesso. É necessário reavaliar as práticas e aplicá-las de acordo com cada contexto social, a fim de proporcionar a todos os alunos o mesmo direito à educação.

Eu encontro diversos desafios nesta função, principalmente quando o aluno surdo não traz consigo o conhecimento da sua língua materna que é a Libras. Sendo assim, eu juntamente com o professor regente discuto formas, mecanismos para o desenvolvimento

educacional do aluno, proporcionando sua inserção no espaço escolar como qualquer outra criança, uma proposta bilíngue exige um planejamento bem articulado e contextualizado, que engloba desde as ações a serem implementadas a partir da elaboração de uma política educacional diferenciada, até as ações pontuais no cotidiano da sala de aula, através de um planejamento pedagógico que atenda à diversidade destes alunos. O bilinguismo como proposta pedagógica pressupõe a introdução da Libras como disciplina na parte diversificada da matriz curricular como constitutivo da identidade cultural da pessoa Surda, o encontro de Surdo-Surdo, a presença dos professores não surdos bilíngues, de tradutor/intérprete de Libras, além da ocupação de profissionais Surdos ao processo educacional e o domínio efetivo da Língua de Sinais por parte dos professores de Surdos para o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Assim, a implementação de uma proposta com bilinguismo e/ou classes bilíngues em escolas inclusivas oportuniza as famílias e as pessoas Surdas o direito de escolherem onde estudar sem a imposição de um único modelo educacional.

Outra dificuldade encontrada é em relação a minha prática cotidiana, com restrições para o exercício da profissão, como baixa remuneração e difícil acesso aos cursos referentes à minha área de atuação, diante deste contexto é preciso que haja mais valorização.

A inclusão dentro de uma escola comum não pretende tornar todos iguais, e sim respeitar as diferenças de cada sujeito, ela trata do direito e deveres de todos à educação: aos negros, índios, brancos, surdos, cegos, dentre tantos outros. Contudo, muitos familiares de surdos, e até mesmo os próprios surdos, queixam-se de que a escola inclusiva não vem ocorrendo como desejariam, pois seus filhos (ou eles mesmos) sentem muita dificuldade para aprender em função da falta de preparo do professor regente para receber o aluno surdo e isto acontece com a maioria dos professores de escola regular.

Percebo que, enquanto o Estado não proporcionar escolas ou classes bilíngues para surdos e a educação inclusiva (surdos e ouvintes estudando em classes regulares) se fizer necessário, quão importante é que os TILS (tradutores intérpretes de língua de sinais) possam ter formações continuadas para aprimorar o seu trabalho com o surdo, como também materiais de apoio didático-pedagógicos e contribuição do professor regente da sala. Sabe-se que o surdo tem a modalidade de comunicação visual diferente da modalidade dos ouvintes, que é a oral-auditiva, por isso é necessário que em todas as escolas, onde o aluno surdo esteja, haja materiais que possam auxiliar tanto o intérprete, como o próprio professor regente em seu trabalho. Essa é uma das dificuldades que vivencio na minha atuação, a falta desses materiais

didático-pedagógicos e tecnológicos, como por exemplo: vídeos, livros ilustrados, uma sala inclusiva, ou seja, instrumentos visuais que possibilite a integração dos surdos no contexto da aula apresentada são essenciais. Lacerda (2013, p. 206) diz que: “[...] a presença do intérprete em sala de aula e o uso da língua de sinais não garantem que todas as necessidades educacionais dos surdos sejam atendidas, sendo importante ainda a disposição de recursos humanos, materiais e metodológicos adequados para que o aprendizado realmente se desenvolva”.

Diante dessas dificuldades, requer-se dos TILS um planejamento para a interpretação das aulas dadas pelo professor, paciência e dedicação para que no seu exercício profissional surjam resultados satisfatórios principalmente para o surdo que é o ator principal do processo educativo. A falta de um planejamento conjunto, de um trabalho de equipe e de uma concepção mais clara do que significa aceitar um aluno surdo em sala de aula também interferem significativamente no trabalho do intérprete, outro ponto fundamental por parte da escola e dos professores. Faz-se necessário, pois, um maior conhecimento sobre as peculiaridades da surdez para que haja uma maior compreensão do aluno surdo, sua realidade, suas dificuldades de linguagem, certamente o uso de Sinais por parte dos docentes, de toda equipe escolar destacando a importância da Língua de Sinais e da cultura do surdo, o movimento surdo, tudo isto faz parte de um momento em que as minorias reivindicam a sua cidadania e os seus direitos respeitando às diferenças, na qual o primeiro passo deste processo para uma educação bilíngue, tanto o Português e a Libras, devem ser respeitadas em sua integridade.

É preciso respeitar o aluno que não domina português e estes profissionais que não dominam Língua Brasileira de Sinais. Todos os recursos devem ser usados com cuidado ou cautela e a correta orientação linguística, a didática-pedagógica são imprescindíveis. Se soubermos, tratar com cientificidade e sabedoria, nos próximos anos, a implantação dessa nova proposta educacional, o Bilinguismo, se fará por consequência natural. É, portanto, um processo lento, mas que deve ser seguido com segurança e de forma clara e respeitosa com princípios e métodos.

Desse modo, teremos surdos alfabetizados em ambas as línguas, conhecedores de sua cultura, bem como da cultura ouvinte, favorecendo assim o pleno desenvolvimento desses sujeitos, e a sua participação na sociedade, exercendo seu papel de cidadão, sendo que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento da pessoa ouvinte, precisando apenas que suas necessidades diferenciadas sejam atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprender Libras é respirar a vida por outros ângulos, na voz do silêncio, no turbilhão das águas, no brilho do olhar. Aprender Libras é aprender a falar de longe ou tão de perto que apenas o toque resolve todas as aflições do viver, diante de todos os desafios audíveis. Nem tão poético, nem tão fugaz... Apenas um Ser livre de preconceitos e voluntário da harmonia do bem viver. (Luiz Albérico B. Falcão).

Relembrar minha trajetória de vida fez com que eu sofresse por lembranças tristes passadas, assim como, alegrar-me com momentos preciosos que já se foram mais que ainda permanecem em minha memória.

O presente memorial me levou as mais profundas recordações, não só da minha vida, mas principalmente da época em que vivi e das mudanças que ocorreram desde então, como por exemplo, no contexto escolar a educação que defendemos é a do processo de construção do conhecimento, que não se acabam mais permanecem por toda a vida, seja no ambiente familiar, social eu digo ela não se esgota.

Como inicie minha vida estudantil, momentos esses que não foram prazerosos, haja vista que por muitas vezes agradecia a Deus por ter conseguido estar inserido no ambiente escolar, em que sujeitos interagem socialmente trocando experiências e vivências, construindo suas histórias e a própria história da humanidade. Todavia fazendo análise da minha vida, vejo como o ambiente familiar me proporcionou essa educação para caminhar na direção dos meus objetivos.

Nessa retrospectiva, houve momentos de lágrimas, por lembrar os fatos que deixaram marcas ruins, como pessoa. Por outro lado, sinto-me grato pelas pessoas que surgiram em meu caminho, contribuindo para minha formação e realização dos meus ideais. Profissionalmente, quero cada dia aperfeiçoar-me dando continuidade ao processo de ensino e aprendizagem de forma prazerosa incentivando o público (aluno surdo) a também lutar pelos seus objetivos.

A vida vai nos mostrando ao longo de nossas experiências e vivências que as lutas e desafios são grandes, mas bem maiores para quem não têm sede de vencer, e que essas lutas são apenas os degraus que temos que subir para chegar ao topo do sucesso, pois sabemos que não é fácil mas a cada nova luta nos tornamos cada vez mais fortes para vencer novas batalhas e alcançar os objetivos desejados. Sigo, assim, em formação *Ad aeternum*, para que ela me traga força acadêmica e profissional para contribuir, tornando as distâncias entre a comunidade surda e ouvinte cada vez menores, a ponto, de um dia, elas não existirem mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Unesp, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**: 2008. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**; 2001.

KRAMER, S. LEITE, M. I; NUNES, M. F.; GUIMARÃES, D. (Org.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 1999.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre essa experiência**. Caderno Cedes, Unicamp, Campinas, v. 26, nº 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F dos. (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. São Carlos: EdUFScar, 2013.

QUADROS, R. M. **Exame Prolibras**. Florianópolis: UFSC, 2009.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar Português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006____ (1997) Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1998/2001.

SKLIAR, C. **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.